
Guia para Parcerias em Educação Transnacional no Brasil

Conteúdo

Introdução	3
Parte A: Conselhos práticos e recomendações para IES brasileiras	4
Parte B: Recomendações normativas	7
Referências	10
Leitura adicional	11

Introdução



O desenvolvimento de parcerias internacionais bem-sucedidas depende de uma variedade de fatores e elementos relacionados ao contexto interno e externo do ensino superior¹. Este estudo identifica três elementos que compõem um marco referencial, resumido na Figura 1, para o estabelecimento de parcerias internacionais sustentáveis: 1) a existência de um ambiente político propício; 2) a presença, a nível universitário, de uma estratégia internacional claramente definida, respaldada por recursos adequados; e 3) as condições mais amplas do ambiente e dos fatores externos nos países envolvidos.

Um quadro político favorável é aquele que inclui requisitos claramente definidos e facilmente acessíveis para cada um dos diferentes tipos de parcerias internacionais e disposições para o reconhecimento de qualificações estrangeiras. A nível universitário, um pré-requisito fundamental é a existência de uma estratégia internacional com objetivos mensuráveis e recursos dedicados para a sua implementação bem-sucedida. Os fatores associados com as condições e o ambiente externo que apoiam o desenvolvimento e a sustentabilidade das parcerias internacionais incluem a proficiência em línguas estrangeiras, a qualidade do ensino secundário, a qualidade do capital humano, a infraestrutura de TI e a capacidade do país para pesquisa e inovação¹.

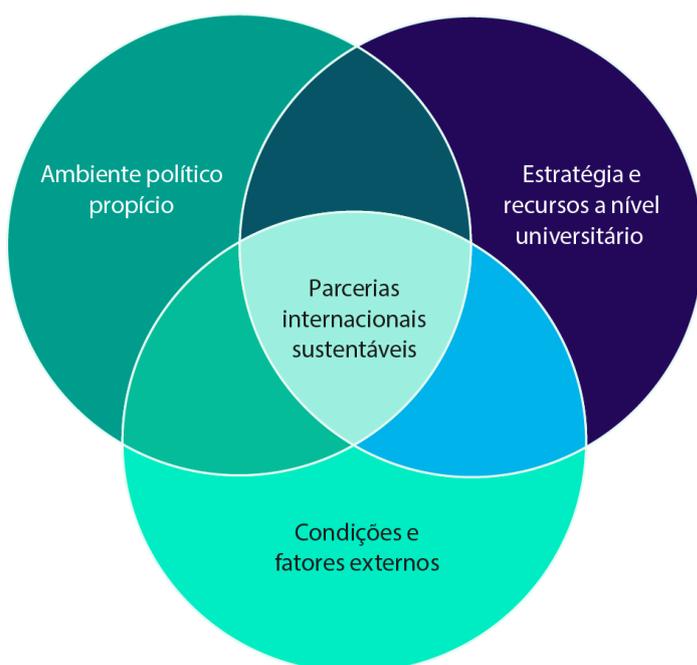


Figura 1. Quadro referencial para o desenvolvimento de parcerias internacionais sustentáveis.

¹ Tsiligiris, V. (2018). Um modelo Porter Diamond adaptado para a avaliação de países anfitriões de educação transnacional. Revista Internacional de Gestão Educacional.

Refletindo sobre o quadro mais amplo acima mencionado, este guia fornece conselhos práticos e recomendações políticas sobre como melhorar as ligações internacionais entre universidades brasileiras e britânicas. Reflete sobre uma ampla gama de evidências coletadas no estudo na América Latina conduzido pelo British Council em 2022/23 e em dados secundários de relatórios publicados e pesquisas acadêmicas. O guia inclui duas partes.

A primeira parte é voltada às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e as recomendações referem-se a fatores/dimensões intrainstitucionais. A segunda parte centra-se nas recomendações políticas dirigidas às agências nacionais, aos decisores políticos e às organizações internacionais.

Parte A: Conselhos práticos e recomendações para IES brasileiras

As recomendações nesta parte visam melhorar a visão mais ampla disponibilidade das universidades brasileiras para se envolverem em parcerias internacionais. Além disso, existem recomendações específicas destinadas a promover o envolvimento das IES brasileiras e do Reino Unido.

Devido ao complexo quadro regulatório e político no Brasil, as IES brasileiras enfrentam uma alta carga administrativa no estabelecimento e gestão de parcerias internacionais. Isto funciona como um obstáculo importante ao envolvimento com IES do Reino Unido e outras IES estrangeiras e não é algo que possa ser enfrentado apenas pelas IES brasileiras. Assim, as recomendações nesta parte só podem ser eficazes se os pontos de ação política/regulatória, descritos na parte B, também forem abordados.

Cenário de colaboração existente e barreiras para parcerias internacionais

Apesar do grande número de universidades no país, atualmente, as atividades de colaboração internacional no que diz respeito

ao ensino e à oferta de programas são bastante limitadas, não apenas com o Reino Unido, mas também com outros países de forma mais ampla. A falta de internacionalização nas universidades brasileiras pode restringir seu reconhecimento global, o que, por sua vez, limita as oportunidades de colaboração em pesquisa e intercâmbio cultural. Essa falta de exposição internacional pode prejudicar a preparação dos estudantes para o mercado global e a capacidade das universidades de atrair financiamento internacional. Em última análise, isso pode afetar a diversidade das universidades, a qualidade de sua pesquisa e sua competitividade global no cenário educacional global. No entanto, as implicações específicas podem variar com base em diversos fatores, incluindo as características intrínsecas das universidades, as políticas nacionais e o contexto global do ensino superior.

Com base nas evidências da pesquisa, as causas mais comuns em nível institucional da redução da atividade de colaboração internacional no Brasil são:

- Falta de uma estratégia de internacionalização universitária focada e bem definida. Os resultados da entrevista, bem como evidências de outras pesquisas², indicam que não há uma visão clara de internacionalização nas universidades brasileiras.
- Alocação limitada de recursos para prosseguir, fomentar e manter atividades internacionais. As entrevistas desta pesquisa identificaram que as atividades de internacionalização nas universidades brasileiras são realizadas sem o apoio necessário de recursos financeiros, entre outros.
- Pessoal acadêmico e barreiras linguísticas dos alunos. A falta de proficiência na língua inglesa foi identificada² como uma barreira fundamental para a internacionalização das universidades brasileiras.

² Neves, C. E. B., & Barbosa, M. L. de O. (2020). Internacionalização do ensino superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. *Sociologias*, 22, 144–175.

- Falta de motivação por parte do corpo docente para prosseguir e apoiar atividades internacionais.
- Preocupações com o possível impacto de redução das atividades de internacionalização do tipo “Norte para Sul”. As entrevistas confirmaram as evidências de outras pesquisas³ a respeito de percepções negativas sobre o motivo e o impacto das parcerias internacionais no contexto local.
- Ônus regulatório para projetos independentes de educação transnacional (TNE) (por exemplo, realização de programas estrangeiros localmente). As entrevistas revelaram que a ausência de uma estrutura normativa específica e bem definida para as atividades de TNE gera ambiguidades e ineficiências durante o desenvolvimento e o gerenciamento dessas atividades.
- As colaborações internacionais permitem expor os alunos a diferentes ambientes de aprendizado, formas de avaliação e oportunidades de aprendizado experimental. Esses elementos são altamente valorizados pelos alunos, que tendem a classificar a experiência internacional como de alto valor para seu aprendizado.
- Os projetos internacionais levam à inovação no ensino e à melhoria do currículo.
- As parcerias internacionais melhoram as perspectivas de empregabilidade dos graduados.
- Tais projetos geram colaborações de pesquisa valiosas que evidentemente produzem publicações de maior qualidade/ impacto.

Recomendações

Adesão de professores e alunos

Um dos componentes mais importantes para o sucesso do envolvimento internacional no ensino superior é a adesão do corpo docente e dos estudantes. Para conseguir o envolvimento adequado do corpo docente e dos alunos em projetos de colaboração internacional, é importante destacar e apresentar-lhes os benefícios de tal atividade. Assim, a primeira recomendação para o desenvolvimento de parcerias internacionais bem-sucedidas é justificar o seu valor para a experiência do estudante, a qualidade do ensino e dos resultados da pesquisa, e a visibilidade e reputação globais das universidades. Para conseguir isso, as universidades brasileiras poderiam considerar a colaboração internacional como endógena à oferta local e como um elemento inseparável do seu modelo de ensino. Alguns dos pontos-chave que podem ser usados para comunicar esses benefícios às principais partes interessadas internas são:

Estratégia de internacionalização universitária

Um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento de parcerias internacionais bem-sucedidas é a existência de uma estratégia de internacionalização universitária bem definida. Isto é vital para comunicar às partes interessadas internas e externas os objetivos e prioridades da universidade para a colaboração internacional.

A recomendação às universidades brasileiras é desenvolver uma estratégia de internacionalização com:

- Objetivos mensuráveis sobre: 1) mobilidade de estudantes e professores e 2) colaboração em programas acadêmicos.
- Metas específicas para medir o cumprimento dos objetivos da estratégia.
- Incentivos ao corpo docente vinculados a metas em seus programas de avaliação anual. Os funcionários acadêmicos e administrativos devem receber um incentivo para se envolverem em atividades de colaboração internacional por meio de suas metas de avaliação anual. Por exemplo, os critérios de avaliação e promoção podem incluir o reconhecimento da contribuição da equipe para o

³ Guilherme, A., Morosini, M., & Kohls dos Santos, P. (2018). O processo de internacionalização do ensino superior no Brasil: O impacto da colonização nas relações sul-sul. *Globalização, Sociedades e Educação*, 16(4), 409–421.

desenvolvimento, orientação, ensino ou pesquisa relacionados a projetos de colaboração internacional.

- Recursos adequados atribuídos a cada um dos objetivos estratégicos. O desenvolvimento e a gestão da colaboração internacional requerem recursos substanciais. Portanto, é necessário que haja um plano de alocação de recursos para cada uma das metas da estratégia de internacionalização universitária. Estes recursos referem-se ao tempo do pessoal administrativo e acadêmico, despesas de viagem e subsistência, recursos de aprendizagem (físicos e digitais), planos de contingência. A alocação destes recursos dependerá do tipo e das características mais amplas da parceria internacional.
- Considere expandir o que constitui recursos apropriados, tais como apoio financeiro, alocação de pessoal, desenvolvimento de infraestruturas ou financiamento de parcerias. Fornecer exemplos ou diretrizes específicos para alocação de recursos pode aumentar a praticidade e a aplicabilidade da recomendação.

Implementar e distribuir a estratégia a partir de exemplos

É na implementação de uma estratégia de internacionalização que a maioria das universidades encontra desafios. Estes desafios dizem respeito ao fato de os departamentos, faculdades e institutos não serem capazes de traduzir a estratégia de internacionalização de toda a universidade em ações locais específicas. Devido à natureza ampla dos objetivos estratégicos, as partes interessadas locais (por exemplo, gestores e acadêmicos em departamentos, faculdades e institutos) nem sempre têm clareza sobre como estes poderiam ser alinhados com as atividades principais de ensino e pesquisa. Uma solução prática para este problema é começar por focar no estabelecimento de uma colaboração exemplar que possa ser usada como modelo em toda a organização.

- As universidades brasileiras podem partir de um corpo docente/faculdade que esteja melhor posicionado para estabelecer uma parceria internacional com universidades do Reino Unido. Depois podem replicar/expandir o modelo de colaboração para outras faculdades/programas. Esta abordagem é amplamente utilizada como forma de fornecer um exemplo concreto de como se dá o sucesso da internacionalização. Além disso, permite à universidade estabelecer e manter certos padrões sobre o tipo de atividades que podem surgir da estratégia de internacionalização.

Além disso, para o sucesso da implementação da estratégia de internacionalização, é importante que as universidades brasileiras transmitam as informações em cada departamento. Isto é melhor realizado através da identificação de acadêmicos que tenham um interesse genuíno na internacionalização e que possam atuar como pontos de contato e apoio.

- Identifique membros do corpo docente com experiência e interesse na colaboração internacional que atuarão como “guardiões da internacionalização”. Sob esta função, os defensores da internacionalização poderiam organizar sessões de informação sobre os objetivos da estratégia de internacionalização universitária e como estes poderiam ser alcançados a nível local. Também podem atuar como o primeiro ponto de contato e aconselhamento quando se trata de ideias e propostas iniciais para projetos de colaboração internacional.

Capacidade linguística

A maioria dos projetos de colaboração internacional exige um bom nível de proficiência em inglês por parte de todas as principais partes interessadas internas (por exemplo, acadêmicos, estudantes, administradores). No contexto brasileiro, o elemento de língua inglesa na colaboração internacional é frequentemente visto como uma fonte de desigualdade e afastamento⁴. Além disso, as universidades brasileiras têm um forte envolvimento internacional com países de língua não inglesa, o que pode significar oportunidades únicas para projetos de colaboração multipaíses. Para desenvolver sua preparação e capacidade linguística, as universidades brasileiras poderiam adotar ações como:

- Criar suporte em idiomas estrangeiros para alunos e funcionários. Isso poderia ir além do inglês e incluir outros idiomas estrangeiros que podem impulsionar a colaboração internacional com uma gama maior de países. Alguns exemplos práticos desse tipo de suporte a idiomas podem incluir módulos de idiomas eletivos, programas de intercâmbio virtual de idiomas e recursos de aprendizado de idiomas.
- Suporte em língua portuguesa para estudantes e funcionários estrangeiros. Isto irá acelerar a integração ao contexto local, levando a uma melhor experiência geral dos estudantes e funcionários estrangeiros. Ademais, isso pode promover o desenvolvimento de formas mais equitativas de colaboração e ajudar a melhorar o fluxo de mobilidade de entrada em programas de intercâmbio/duplo diploma.

Parte B: Recomendações normativas

O Brasil possui um quadro de política de internacionalização de ensino superior ativo, mas com lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à educação transnacional. Um quadro regulatório e político sólido e claro é um pré-requisito para qualquer atividade de educação transnacional. Tal quadro fornece os parâmetros nos quais universidades brasileiras e estrangeiras projetam e implementam projetos de colaboração. No entanto, o quadro de política existente para a colaboração internacional carece de clareza e detalhes. Por exemplo, não existem requisitos específicos, diretrizes e pré-requisitos para estabelecer projetos de educação transnacional, independentemente do tipo (como campi filiais, diplomas duplos e provisão colaborativa). Isso cria obstáculos significativos para a internacionalização do setor de ensino superior no Brasil.

Além disso, a ausência de um quadro bem articulado e de fácil acesso também não auxilia as universidades estrangeiras interessadas em desenvolver projetos de colaboração no Brasil. Por exemplo, universidades estrangeiras que consideram iniciar uma parceria internacional com universidades brasileiras buscam minimizar os riscos regulatórios e operacionais. A falta de um quadro regulatório claro aumenta esses riscos.

Existe um sistema relativamente complexo de avaliação da qualidade e garantia externa da qualidade que funciona como uma barreira à colaboração internacional (Tsiligiris e Bessa-Rodrigues 2022). Isto funciona como uma barreira porque cria incerteza operacional e encargos administrativos para as instituições colaboradoras. Além disso, a falta de um quadro claro para o reconhecimento de qualificações acadêmicas estrangeiras, e particularmente a ausência de um Acordo de Reconhecimento Mútuo de Qualificações (MRQ) operacional entre o Reino Unido e o

⁴ Martínez, R. (2016). Inglês como meio de instrução (EMI) no ensino superior brasileiro: desafios e oportunidades. Inglês no Brasil: Visões, Políticas e Programas, 191–228.

Brasil, dificulta o desenvolvimento de projetos de educação transnacional. De forma mais específica, a falta de reconhecimento pode desencorajar estudantes de participar de programas de educação transnacional, reduzindo assim o tamanho potencial do mercado. Além disso, a empregabilidade dos graduados pode ser afetada se as qualificações não forem reconhecidas, desencorajando, portanto, outras universidades a desenvolver tais programas. Por fim, as decisões de políticas e financiamento podem ser impactadas negativamente, com governos e órgãos de financiamento menos propensos a apoiar colaborações com universidades cujas qualificações não são reconhecidas. Isso pode resultar em menos financiamento para projetos conjuntos ou iniciativas. Acordos de reconhecimento mútuo podem ajudar a mitigar essas questões, garantindo que as qualificações sejam reconhecidas internacionalmente para facilitar uma maior colaboração internacional.

Outro importante desafio a nível macro é o financiamento insuficiente para as IES brasileiras, o que afeta a sua preparação para a internacionalização. Relacionado ao financiamento está o fato de que as IES brasileiras não cobram taxas, enquanto as IES do Reino Unido e outras estrangeiras cobram taxas. Isto cria um desequilíbrio financeiro em qualquer potencial projeto de colaboração internacional.

Recomendações

Quadro político favorável à colaboração internacional no ensino superior

Tal como foi descrito na Figura 1 acima, um quadro político favorável é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento de parcerias internacionais sustentáveis. A existência de um quadro regulamentar claro e bem comunicado proporciona nitidez às universidades locais e estrangeiras quanto aos requisitos das parcerias internacionais. Isto é importante para reduzir o risco operacional e regulamentar para as universidades estrangeiras. Elas procuram critérios regulamentares detalhados e claros quando embarcam numa parceria internacional. A recomendação às autoridades e legisladores brasileiros é moldar uma estrutura política favorável com as seguintes características:

1. Ser claro e conciso na definição dos requisitos de aprovação para cada um dos principais tipos de mobilidade internacional e colaboração no ensino superior. Neste contexto, os legisladores brasileiros precisam considerar o desenvolvimento de uma estrutura política sobre os principais tipos de educação transnacional: 1) oferta colaborativa (por exemplo, validação, franquia, diplomas duplos/duais/titulação conjunta); 2) campi de universidades estrangeiras; e 3) Oferta de ensino a distância/online.
2. Ser facilmente acessível através de um portal on-line dedicado às partes interessadas locais (por exemplo, funcionários de universidades brasileiras), universidades estrangeiras e outras partes interessadas externas. As universidades brasileiras precisam ter uma visão nítida e concisa do contexto regulamentar destas principais formas de colaboração internacional. Por exemplo, é necessário definir 1) o que é permitido, 2) quais são os requisitos e 3) qual é o processo e o prazo para obter a aprovação regulamentar. Para permitir o acesso de

partes interessadas estrangeiras, o quadro político precisa estar disponível em inglês e em outros idiomas que representem a maioria dos idiomas falados pelos parceiros do setor de ensino superior brasileiro.

3. Refletir a política do país e as prioridades das universidades locais para a internacionalização do ensino superior. O desenvolvimento do quadro político deve ser informado pelas prioridades estratégicas do governo brasileiro sobre a internacionalização do setor de ensino superior – por exemplo, deve refletir as metas para a mobilidade de entrada e saída de estudantes e pessoal acadêmico, e as áreas prioritárias para competências, inovação e pesquisa. Além disso, a estrutura da política precisa ser desenvolvida em consulta com as partes interessadas das IES brasileiras para refletir suas considerações estratégicas e operacionais.

Reconhecimento de qualificações estrangeiras e TNE

Outra recomendação aos formuladores de políticas brasileiros é se concentrar em estabelecer um quadro facilitador para o reconhecimento de qualificações estrangeiras, com uma disposição específica para as qualificações de Educação Transnacional (TNE). O sistema de reconhecimento existente se baseia na autonomia das universidades brasileiras, o que deve ser respeitado e mantido. No entanto, é necessário prever um processo de reconhecimento automático de créditos acadêmicos para qualificações estrangeiras de certos países que atendam a critérios estabelecidos pelo setor de ensino superior brasileiro. Isto poderia refletir na [Nova Convenção Regional da UNESCO para o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graduações em Educação Superior na América Latina e no Caribe \(NCRALC\)](#)⁵. Além disso, a estrutura e o nível de qualidade das qualificações de ensino superior dos países da Área Europeia de Ensino Superior (EHEA)⁶ possuem características semelhantes que permitem uma abordagem de reconhecimento padronizada. Isso fortalecerá a disposição do setor de ensino superior brasileiro para estabelecer projetos de colaboração com universidades da EHEA, incluindo o Reino Unido. Por exemplo, o reconhecimento automático de créditos acadêmicos, comparados com o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS)⁷ pode facilitar o desenvolvimento de diplomas duplos e o intercâmbio de alunos.

5 <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=2023042113191746>

6 [Espaço Europeu de Ensino Superior e Processo de Bolonha \(ehea.info\)](#)

7 [Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos \(ECTS\) | Espaço Europeu da Educação \(europa.eu\)](#)

Referências

- Guilherme, A., Morosini, M., & Kohls dos Santos, P. (2018). O processo de internacionalização do ensino superior no Brasil: O impacto da colonização nas relações sul-sul. *Globalização, Sociedades e Educação*, 16(4), 409–421.
- Martínez, R. (2016). Inglês como meio de instrução (EMI) no ensino superior brasileiro: desafios e oportunidades. *Inglês no Brasil: Visões, Políticas e Programas*, 191–228.
- Neves, C. E. B., & Barbosa, M. L. de O. (2020). Internacionalização do ensino superior no Brasil: avanços, obstáculos e desafios. *Sociologias*, 22, 144–175. <https://doi.org/10.1590/15174522-99656>
- Tsiligiris, V. (2018). Um modelo Porter Diamond adaptado para a avaliação de países anfitriões de educação transnacional. *Revista Internacional de Gestão Educacional*.

Leitura adicional

- Gao, C.Y. (2019). *Medindo a Internacionalização Universitária: Indicadores em Contextos Nacionais* (1ª ed. Edição 2019). Palgrave Macmillan.
- Hawawini, G. (2011) *A Internacionalização das Instituições de Ensino Superior: Uma Revisão Crítica e uma Proposta Radical*. Documento de trabalho do corpo docente e de pesquisa, INSEAD. Disponível: https://flora.insead.edu/fichiersti_wp/inseadwp2011/2011-112.pdf
- OCDE (2012). *Abordagens à Internacionalização e suas Implicações para a Gestão Estratégica e as Práticas Institucionais*. Programa de Ensino Superior da OCDE. Disponível:
- *Controle de qualidade (2022) A avaliação da qualidade e melhoria da oferta de ensino superior transnacional do Reino Unido 2021-22 a 2025-26* https://www.qaa.ac.uk/docs/qaa/guidance/qe-tne-handbook-22.pdf?sfvrsn=3ec7d281_12

